UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO

EVERALDO FERNANDES

MÃO DE OBRA RURAL NO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO – UM ESTUDO PRELIMINAR

EVERALDO FERNANDES

MÃO DE OBRA RURAL NO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO – UM ESTUDO PRELIMINAR

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do grau de Tecnólogo em Agronegócio

Orientadora: Prof. Jaqueline Mallmann Haas

F363m Fernandes, Everaldo Nogueira

Mão de obra rural no município de Dom Pedrito : um estudo preliminar / Everaldo Nogueira Fernandes ; orientadora Profa. Dra. Jaqueline Mallmann Haas. — Dom Pedrito: UNIPAMPA, Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio, 2013. 56 p.

1. Trabalho rural 2. Qualidade de vida no campo 3. Gestão de pessoas I. Título

CDD 338.16

EVERALDO NOGUEIRA FERNANDES

MÃO DE OBRA RURAL NO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO – UM ESTUDO PRELIMINAR

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do grau de Tecnólogo em Agronegócio

Orientadora: Prof. Jaqueline Mallmann Haas

Defendido e aprovado em: 14 de outubro de 2013. Banca examinadora:

> Prof^a. Dr^a. Jaqueline Mallmann Haas Orientadora UNIPAMPA

Prof. Dr. Cleiton Stigger Perleberg UNIPAMPA

Prof^a. Dr^a. Alicia Ruiz Olalde UNIPAMPA

Dedico esse trabalho de conclusão de curso a minha namorada e futura esposa Marina Garcia, que sempre me apoiou, me ajudou e me entendeu nas correrias do dia a dia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por estar sempre presente nos meus dias e nas minhas decisões.

A minha orientadora Jaqueline Haas, incansável, sempre acreditando que era possível. Aos mestres Fabiano Nunes Vaz, Sebastião Cerqueira Adão, Tanice Andreatta, Cleiton Perleberg, Jairo Boelter, Nélson de Mello, Nádia Bucco, Rafael Lucyk Maurer, Thiago Belron e Paulo Lopes.

A minha mãe Zelma Silveira Nogueira, guerreira, minha inspiração.

A minha filha Fernanda Fernandes, você é um presente de Deus na minha vida.

Aos meus irmãos Elias, Elizeu e Elifas e cunhadas Dulce e Lorena que faltei um pouco com minha atenção especial que vocês sempre merecem.

Aos parceiros que enfrentamos juntos essa caminhada Ivan Soares, Tatiele Langbecker, Lael Guterres, Marcos Amaral, Leandro Pinheiro, Kévelin, Sávio costa, José Victor Faustino, Vágner Vargas Oliveira, Marcelo Cunha, Lionso Furtado, Ademar Gabriel, Vania Carballo, Patricia Zeppenfeld, Gabriel Marcon, Julio Cesar Borrea, Adrielle Vallejos, Helene Suñe, Guilherme Iriarte e outros que porventura esqueci.

Agradeço aos meus colegas da ECT, pela compreensão e apoio que sempre tive, vocês são dez, obrigado por tudo, Maluza Gonçalves, André da Silva, Louis Ferrer, Roseli Moraes, a eterna chefe Iracilda Bueno, a nova chefe Andrea e a coleguíssima Adriana Andrade.

Agradeço a minha igreja pela compreensão e orações, Deus conhece o coração de cada um e tudo tem seu tempo determinado debaixo do céu, vocês todos moram em meu coração, Pr. Élvio, Mãezona Loiracy, Elizethe e os Rieffel, Luciano Fontoura, Marcos Duarte e toda a galera jovem.

Aos amigos de ontem e de hoje, companheiros de passeios, bate papos, chimarrão, sorvetes, filmes e futebol na TV João Pedro e Larissa, Marcos e Marcelo Gonçalves, Miguel Padilha, Sr Beto e toda a família, Lucidoro Calçada, a minha família amada de Livramento Lucas, Norberto, Elenara e Córen Pitol, Raquel Sória, Dany Guedes e toda a família, sr. Amilton e Dóris, e muitos outros, vocês todos moram no coração aqui.

Aos meus colaboradores Jerferson Vargas, Leandro Mainardi, Glenio Leon, Moacir Coradini, Felimar Marcon, Enoé Amaral, Pacase, Renata Peglow e José Antonio Peterle, Guatambu e Valter José, Liana Janczak e muitos outros que foram fundamentais para a realização desse trabalho.

A mente que se abre a uma nova idéia jamais volta a seu estado original.

Albert Einstein

RESUMO

A importância da pecuária e agricultura na economia do município de Dom Pedrito e a falta de estudos ou pesquisas que abordem o assunto mão de obra rural justificam a realização desse "estudo preliminar". O presente trabalho tem por objetivo a identificação dos cenários da mão de obra rural no município, além de identificar se há escassez de mão de obra para o desenvolvimento das tarefas rurais e os fatores que atuam para esse resultado, além de servir de simplificador para próximos trabalhos que envolvam enfoque semelhante. Um referencial teórico foi previamente desenvolvido tratando de temas ligados ao assunto mão de obra rural, como educação, qualidade de vida no campo, gestão de pessoas e outros. A coleta de dados ocorreu através de entrevistas com pessoas relacionadas ao meio e também com a aplicação de questionários. Os resultados mostraram que as estradas, o tamanho do território do município, a concorrência com trabalho na zona urbana e o desconhecimento de como executar as tarefas nas propriedades são os principais causadores da escassez de mão de obra rural observada no município.

Palavras chaves: Trabalho rural, Dom Pedrito, Gestão de pessoas, Qualidade de vida no campo.

ABSTRACT

The importance of the livestock and the agriculture in the economy of the municipality of Dom Pedrito and the lack of studies or research that attacking the subject rural labor justify the realization that "Preliminary Study". This work aims to identify the scenarios of rural labor in the country, and identify if there is a shortage of manpower for the development of rural activities and the factors that act to this result, besides serving as a simplifier for upcoming work involving similar approach. A theoretical framework was previously developed addressing topics related to the subject rural labor, just like education, quality of life in the field, people management and others. The data were collected through interviews with people related to the environment and also with the use of questionnaires. The results showed that roads, the size of the municipality, the competition to work in urban and ignorance of how to perform the task properties are the main causes of the shortage of rural labor found in the country.

Keywords: Labor rural, Dom Pedrito, People management, Quality of life in the field.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - nº de moradores rurais e urbanos nos anos 1950, 1970 e 2010		
TABELA 2 - Principal ramo de atuação da propriedade	36	
TABELA 3 - Quantidade de mão de obra utilizada na agricultura moderna	37	
TABELA 4 - Funções presentes nas propriedades.	37	
TABELA 5 - Idade dos Gestores	38	
TABELA 6 - Sexo dos gestores	39	
TABELA 7 - Nível de escolaridade dos gestores	39	
TABELA 8 - Fontes de Recrutamento.	40	
TABELA 9 - Tempo de permanência do funcionário no estabelecimento	40	
TABELA 10 - Origem da água para consumo humano nas propriedades	46	

Sumário

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Objetivos	14
1.1.1 Objetivo Geral	.14
1.1.2 Objetivos Específicos	.14
1.2 Justificativa	.14
1.3 Método	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1 Dom Pedrito.	
2.1.1 Dom Pedrito e o Desenvolvimento	.21
2.2 Mão de obra no cenário nacional	23
2.3 Mudanças importantes quanto a mão de obra rural	24
2.4 Êxodo rural e migrações.	
2.5 Políticas públicas	.28
2.5.1 Luz para todos	29
2.5.2 PRONAF	30
2.6 Educação	31
2.7 Gestão	
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	.36
3.1 As culturas praticadas e as funções existentes nas propriedades	36
3.2 O perfil dos gestores	.38
3.3 Fontes de recrutamento e tempo de permanência do funcionário na mesma empresa .	. 39
3.4 O Tamanho Das Propriedades	
3.5 Agricultura Familiar	.42
3.6 Qualidade de vida nas propriedades	.44
3.7 Escassez de mão de obra rural	
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	.49

1 INTRODUÇÃO

A idéia inicial do presente trabalho era responder como é possível haver escassez de mão de obra na zona rural se na zona urbana há uma taxa de desemprego elevada? A partir das primeiras conversas com mestres e busca por matérias sobre o assunto foi estabelecido que a pergunta do problema seria se havia falta de mão de obra rural no município e quais os fatores para isso ocorrer.

Assim o presente trabalho de conclusão de curso objetiva discutir o cenário atual da mão de obra usada no meio rural no município de Dom Pedrito-RS, observando a questão no que se refere ao preenchimento de vagas nas empresas e propriedades rurais desse local.

Dom Pedrito é conhecido como um município tradicionalmente agrícola e possui na composição de sua economia empresas e propriedades que atuam nos mais diversos segmentos da agricultura e da pecuária.

Situada na Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul, região da campanha gaúcha, Dom Pedrito tem como principais geradores de renda as atividades ligadas ao plantio do arroz, da soja e a criação de gado de corte. Também fundamental são as agroindústrias de beneficiamento de grãos.

Basicamente a produção ocorre via integração lavoura/pecuária, algumas com a inclusão da diversificação de culturas explorando também a fruticultura, ovinocultura e outras culturas experimentais ou recentes, como por exemplo produção de uvas.

Este trabalho busca destacar questionamentos sobre o assunto nas variantes empregatícias da pecuária e das lavouras mostrando a realidade no que tange a questão do uso da mão de obra, na realização de suas tarefas corriqueiras, as maneiras encontradas para saciar essa necessidade, medidas adotadas para manter esse bem tão precioso e raro nos dias de hoje.

Pretendeu-se também observar o que está sendo realizado em determinados setores e que poderia ser aproveitado em outros, quais as razões para que determinadas propriedades sintam menos a presença desse problema de forma a refletir a situação atual do cenário do município no ano de 2013.

Ao se falar de mão de obra no campo, vem de imediato os fatores relacionados a manter o homem com qualidade de vida, feliz e sentindo orgulho do que faz. Surge então a lembrança do bem estar das pessoas envolvidas nas ações do dia a dia das tarefas executadas

em propriedades, pequenas, médias ou grandes, ligadas a área rural, seja na agricultura ou pecuária, no que seria antigamente o setor primário, hoje mais definido como "dentro da porteira" e em outras atividades do campo. Isso nos remete a pensar em saúde, conforto, descanso.

Nesse trabalho serão discutidos e mostrados alguns tópicos importantes que influenciam no resultado do que é o verdadeiro cenário da mão de obra rural no município de Dom Pedrito, observando outros itens como educação, ações governamentais(políticas públicas e agrárias), um histórico desses temas, ferramentas de gestão implantadas que melhoram e auxiliam a fixação do homem no campo por mais tempo na mesma propriedade com qualidade de vida e sustentabilidade.

No decorrer do trabalho serão tecidos quadros comparativos com objetivo de ilustrar a realidade do cenário local no que se refere ao assunto escolhido para a pesquisa. A revisão literária presente no trabalho procurou evidenciar e ligar a sociologia agrária ao longo dos anos ao resultado da situação atual, observando também os aspectos culturais que influenciam na tomada de decisões na hora da escolha das estratégias envolvendo o setor da Área de Recursos Humanos das propriedades e empresas.

O trabalho será dividido em 4 partes, começando com essa introdução que conta ainda com a justificativa, objetivos geral e específicos e o método. Seguido na sequencia por um referencial teórico abordando questões necessárias para entendimento do mesmo. A terceira e a quarta partes se referem respectivamente aos resultados e discussões e as considerações finais, contando também ainda com as referências usadas no trabalho.

O método empregado foi mesclar esse referencial teórico com informações buscadas com representantes do setor agropecuário do município, através de entrevistas com lideranças de segmentos, responsáveis por empresas de gestão e aplicação de questionário para proprietários.

A importância desse trabalho se dá devido a falta de informações sobre o assunto, e principalmente por haver em Dom Pedrito um paradoxo interessante que é ao mesmo tempo a sobra de pessoas fora do mercado de trabalho na zona urbana que poderiam ser aproveitados aqui no próprio município, mas que saem para centros industriais como Caxias do Sul, Concórdia, Porto Alegre e depois retornam para disputar o mercado de trabalho novamente, muitas vezes mais descapitalizados do que quando saíram e em contrapartida uma possível falta de mão de obra, escassez e importação em muitos casos, motivo pelo qual vem justificar

a realização dessa trabalho acadêmico.

Também se justifica esse trabalho pela suposta falta de profissionais ou dificuldade de manter ou repor com qualidade as vagas que surgem em muitos setores relacionados a produção e a outros setores agrícolas no município.

Diante das considerações, questiona-se: Existe escassez de mão de obra rural no município de Dom Pedrito? Quais as alternativas para minimizar ou combater o problema que estão sendo adotadas, ou que poderiam ser adotadas? Alguma alternativa está deixando de ser usada e que poderia minimizar a situação?

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Identificar e descrever o cenário da mão de obra rural no município de Dom Pedrito. Mão de obra essa usada para executar os serviços nas propriedades ou estabelecimentos rurais, basicamente na pecuária e nas lavouras do município de Dom Pedrito.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Conhecer a história do município para entender o cenário atual;
- Responder se há a falta de mão de obra rural no município;
- Identificar os motivos que justifiquem a maneira em que se encontra esse cenário;
- Identificar o que foi feito e as estratégias usadas que possam servir de referência em outras situações e locais.

1.2 Justificativa

Esse trabalho se justifica pelos laços do autor da obra com o espaço geográfico da pesquisa em questão, o município de Dom Pedrito, em que o autor encontra-se inserido no contexto local.

O carro chefe da economia do município é a agricultura e a pecuária, que dependem

dessa variável para alcançarem produtividade e desempenho positivo.

Também se justifica porque é do interesse dos acadêmicos do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio conhecer a realidade da situação das empresas rurais no que diz respeito aos fatores que impactam na qualidade de vida do universo das pessoas que formam a mão de obra.

Identificar o que mudou nos últimos anos através de medidas já implantadas, saber as necessidades do contingente e ter conhecimento para argumentar e tomar decisões no dia a dia seja junto a vida acadêmica, empresas, lideranças da comunidade ou nos futuros empregos onde usarão os conhecimentos adquiridos nesse curso.

Se justifica da mesma forma por ser um projeto viável de ser realizado dentro do prazo disponível para tal, tanto no aspecto de reunir informações como também no aspecto de executar o planejamento como um todo (contatos, visitas e entrevistas).

Em questões teóricas, este trabalho justifica-se por reunir um conjunto de conceitos que podem ser utilizados em outras pesquisas que venham tratar deste mesmo assunto ou auxiliar nos seus desenvolvimentos, é também o cumprimento do papel social o qual todo cidadão tem o dever.

Em termos práticos, esta pesquisa justifica-se no sentido em que busca trazer à tona questões existentes no dia a dia dos moradores do campo sejam proprietários ou funcionários, identificando e entendendo os fatores que fazem parte desse contexto, o que auxiliará de alguma maneira na resposta destas questões.

Servir de simplificador para quem for avançar nesse assunto em outros trabalhos.

1.3 Método

Segundo Gil, (2010), pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. Isso acontece na proposição deste trabalho, já que conforme Gil, a mesma é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder o problema, ou a informação encontrase em total desordem que não pode adequadamente se relacionar ao problema.

Quanto ao delineamento, propõe-se segundo Roesch, (2010) uma pesquisa exploratória, em relação a busca de literaturas e na construção de dados, feita esta através de

leitura de artigos, revistas, jornais, livros e matérias na televisão.

Quanto as técnicas de coleta de informação a pesquisa é quantitativa (entrevistas e aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas) e também qualitativa, com uso de documentos, diagnósticos econômicos, informações do IBGE e histórias de vida também.

Quanto ao modelo de pesquisa científica adotada no trabalho, o termo correto segundo Patton (1990), citado por Roesch (2010), seria uma pesquisa aplicada, já que se trata de uma situação onde são trabalhados problemas humanos e o propósito do trabalho em si é entender como lidar com os problemas relacionados a mão de obra. Continuando ainda Patton (1990), a pesquisa aplicada refere-se a discussão de problemas, usando um referencial teórico dos temas relacionados ao assunto e à apresentação de soluções alternativas.

No presente trabalho a metodologia se deu através da criação do referencial teórico, após foram escolhidos os contatos para entrevistas, estes feitos através de ligações telefônicas ou visitas. Em seguida deu-se a criação do questionário. O envio e aplicação dos questionários ocorreu via e-mail ou entrega em mãos com uma apresentação rápida do trabalho e após a coleta ou busca do material já respondido.

Foram realizadas entrevistas com pessoas chaves no assunto mão de obra rural, que terão os nomes preservados, sendo tratadas como entrevistado 'A', entrevistado 'B' e assim sucessivamente

Fazem parte dessa lista entrevistas o gestor de uma empresa de consultoria (entrevistado C), o gestor do segmento pecuária e lavoura de uma das maiores empresas agroindústrias do município responsável por várias propriedades (Entrevistado B), cada uma com aproximadamente 2000 hectares dentro do município.

Também o responsável pela divisão de assentamentos e agricultura familiar no município, Entrevistado A. Outro entrevistado, de grande atuação na pecuária e produção de soja no município, agora também no ramo da fruticultura (Entrevistado D). Também houveram conversas com outros produtores que contribuíram para o desenvolvimento das abordagens desse trabalho acadêmico.

Essas entrevistas foram estrategicamente pensadas com o objetivo de fortalecer o acervo do assunto mão de obra dentro de determinados segmentos, diminuindo a necessidade de uma visita a muitos ou a todos os proprietários de um ramo específico.

O questionário foi elaborado abordando questões relacionadas a mão de obra rural destacadas no referencial teórico do trabalho e composto por três perguntas direcionadas ao

gestor ou proprietário e vinte e duas de aspectos gerais.

Foram mantidos 39 contatos, encaminhados 39 questionários que resultaram em um retorno significativamente baixo, de apenas 35,89% deles respondidos a tempo de serem usados na sistematização dos dados, mas suficiente para a execução inicial desse trabalho, até por isso denominado "estudo preliminar". A maneira mais eficiente de aplicar o questionário seria numa visita pré-agendada, aumentando o custo de deslocamento e o dispêndio de tempo, o que se tornou mais viável através do envio via e-mail, após um primeiro contato físico ou telefônico.

A construção do referencial teórico, o envolvimento com assuntos diretos do agronegócio local, visitas a feiras de destaque em várias regiões do Estado e a participação em várias palestras e dias de campo também contribuíram para a criação do questionário e entendimento das análises obtidas nas entrevistas.

Por fim o trabalho em si é composto por um texto demonstrativo inicial, após são analisados aspectos teóricos indispensáveis para o entendimento do mesmo. A metodologia de maneira simples é mostrada e por último são apresentados os resultados e discussões.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para poder visualizar o atual cenário da mão de obra rural no município de Dom Pedrito nas diversas ramificações do agronegócio e identificar se há uma escassez de mão de obra rural e de que forma isso ocorre, é necessário antes fazer uma revisão de vários assuntos que contribuíram de alguma forma para chegarmos ao resultado que aí se encontra hoje.

Esses assuntos vão desde políticas adotadas num contexto nacional, passando por uma visão regional e chegando finalmente ao local específico de estudo que seria o município de Dom Pedrito, conhecendo seu histórico e aspectos individuais de cada cultura aqui desempenhada, como era antigamente e como é hoje.

Saber a importância desse passado e seu efeito na formação de alguns fatores culturais adotados por proprietários e gestores que desembocam na tomada de decisão entre contratar e manter, treinar e investir na manutenção do empregado ou desacreditar nessa prática e simplesmente ter uma rotatividade alta de funcionários incentivando de maneira até involuntária os males que parecem serem os vilões nessa realidade que conhecemos, tais como êxodo, migração, escassez e outros.

Buscar entender até que ponto esse fator cultural tem influenciado na maneira de tomar decisões, observando também medidas que utilizadas por alguns minimizaram o problema, alteraram a situação e deram lugar de destaque para essa propriedade ou administração, servindo de referencia e de objeto de estudo para outras.

Observar de que forma essas medidas adotadas influenciaram no resultado de aspectos como a qualidade de vida dos moradores do campo e no nível de educação dos envolvidos para finalmente haver argumentos onde serão debatidos o resultado do trabalho.

2.1 Dom Pedrito

Os primeiros povoadores chegaram em 1801. Os primeiros tempos eram tempos difíceis, seus ranchos eram de couro ou de barro, plantavam quase tudo que consumiam. Segundo Lermen (1989) era uma agricultura de subsistência, a economia do município se restringia exclusivamente a pecuária.

Não havia aramados, algumas propriedades eram demarcadas com grandes valas.

Depois surgiram os currais feitos de crânios de gado e as mangueiras de pedra. A vida da região girava em torno dessas estancias. Nela viviam o sesmeiro, sua família, os posteiros, os agregados e os escravos. Apesar das guerras fronteiriças, estes estancieiros progrediam e suas propriedades eram dotadas de vida e economia própria.

As estâncias eram o centro da vida no município em 1829, o que um dia foi apelidado passo de Don Pedrito devido ao caminho trilhado por Pedro Ansoategui, recebe autorização de ser explorado por Bernardino Ângelo criando-se assim o primeiro pedágio da história do município (LERMEN,1989). Ele instala 3 ranchos estrategicamente junto ao rio. Tal acontecimento transforma a antiga passagem de Ansoategui em caminho obrigatório para os viajantes da região. A aldeia prospera e em seguida chegam novos moradores e as primeiras casas. O comércio que trouxe Ansoategui agora transforma a povoação em centro abastecedor das estâncias.

A cidade de Dom Pedrito foi desmembrada do 3º e 4º distritos de Paz, do município de Bagé, por solicitação espontânea do povo destes distritos, com base na lei 238(18/11/1852). Era época de aflição e problemas de fronteiras (LOPES, 1960). O governo num gesto patriótico, ordena a demarcação de lugares onde se deveriam fundar cidades capazes de guarnecer os direitos brasileiros. Fazia parte da coroa portuguesa e as autoridades se preocupavam com as fronteiras. Para povoá-las, resolveram doar terras a pessoas de sua confiança, essas doações foram chamadas Sesmarias.

A mão de obra escrava era inicialmente usada pelos sesmeiros, e os primeiros escravos aqui chegaram por volta de 1810 (LERMEN, 1989), mas em seguida também foram usadas pelos estancieiros que importavam negros vindos da África. Eles não recebiam salários, não tinham direito a nada, tratados como animais, sofriam torturas e prisões.

Alguns senhores não concordavam com esse tratamento e iniciaram uma campanha pelo fim da escravatura, em 1884 o movimento tomou vulto com a fundação do Clube Abolucionista, liderado pelo Barão do Upacaraí. Começou a liberdade dos escravos, alguns com a condição de servirem por 3 anos ou 5 anos seus donos antes de se tornarem livres. Documentos da época mostram que a partir de 01/03/1888 não houve mais escravos em Dom Pedrito. Dois meses antes da assinatura da Lei Áurea (LERMEN, 1989), o que hoje é considerado um marco de destaque na história do município.

Já na opinião de Lopes (1960), praticamente não se conheceu a escravidão em Dom Pedrito, não tendo se ouvido falar de instrumentos torturantes aqui aplicados. Não havia lavouras de café e nem engenhos de cana de açúcar, usuais ocupação dos africanos como no centro do país.

Outra personagem que havia naquele tempo era o mascate. Ele servia de contato político/comercial entre a freguesia com o campo, eram vendedores ambulantes que levavam mercadorias e traziam informações, aproximando os moradores da vila e as estâncias, continua Lopes (1960).

A agricultura era feita pelos proprietários, cultivando pequenas áreas, com feijão, milho, trigo e verduras para consumo das estancias e a pecuária tinha expressivos números de cabeça de gado e também ovelhas para a produção de lãs e carne e muitos equinos.

Segundo Staduto, Shikida e Bacha (2004) o surgimento da Lei de Terras, em 1850, que permitia o acesso à terra apenas por meio de compras, e, um século depois, o surgimento do Estatuto do Trabalhador Rural, compõem dois importantes fenômenos de um conjunto de fatores que influenciaram a formação do mercado de trabalho agrícola no Brasil e com repercussão local também.

Entre esses fatores, inclui-se o processo de modernização do setor agropecuário, que foi implementado por meio de políticas setoriais. A mais notória delas foi a disponibilidade do **crédito rural** oficial com taxas de juros diferenciadas, a partir da década de 1960. Nesse período, segundo Lermen (1989) a pecuária pedritense destacava-se pelo elevado padrão zootécnico dos rebanhos, tendo como objetivo principal os animais de corte.

A expansão agrícola já era significativa, chamando atenção a cultura do arroz, considerada a primeira diversificação, com produtividade destacada no estado. Nos anos sessenta do século XX houve estagnação nas áreas do plantio do arroz ocorrida devido a falta de água para irrigação. A espera pela construção de 14 barragens nas cabeceiras do rio Santa Maria (Plano Bourchaid) era apontada como solução para os problemas de seca e estiagem.

Silveira (1999), acredita que com o Crédito Rural (lei 4.829-05/11/1965), foram aplicadas imensas somas de recursos financeiros altamente subsidiados no município enriquecendo ainda mais os ricos já existentes e criando novos ricos sem terras e também concentrando renda.

Ainda segundo Silveira, Dom Pedrito se estagnou por dois motivos: primeiro por uma pecuária extensiva que não se renovou e segundo, por uma orizicultura moderna e cativa de grandes máquinas e de agroquímicos, ambos excluidores de mão de obra. Pressionados por um grande contingente de desempregados, as administrações não souberam o que fazer,

esquecendo de investir ou planejar medidas para a contenção do êxodo rural e da migração da mão de obra aqui existente para outros pólos. Ele retoma o assunto barragens citado por Lermen, lembrando que com a chegada da Barragem do Santa Maria Chico em 1972 o mercado de trabalho para o homem do campo se dobraria e geraria novas riquezas dentro do município, ativando outros setores e atividades, o que não ocorreu como mostra tabela a seguir.

TABELA 1 - Nº De Moradores Rurais e Urbanos nos Anos 1950, 1970, 2010

	Moradores Rurais	Moradores Urbanos
1950	15.305	11.680
1970	11.765	21.036
2010	3.657	35.241

Fonte: Adaptado de Silveira, 1999; IBGE, 2010.

Comenta Silveira (1999) que na década de 1970 houve a expansão intempestiva do arroz e a mecanização intensiva da lavoura no município, fazendo com que houvesse 0,95 habitante por km², índice igual a de região desértica, segundo a ONU, isso sendo um efeito das visões equivocadas das então administrações municipais, não observando também a substituição de tropeiros por caminhões de carga que desempregou muitos.

Outro fato observado por Silveira (1999), foi a quase total extinção dos esquiladores e grande redução do número de peões de estâncias nos anos oitenta, com a diminuição do rebanho ovino em 75%, caindo de 800.000 cabeças para 200.000 em rápido espaço de tempo. Hoje sabe-se que pela entrada da lã sintética no mercado que substituiu o uso da lã ovina. Mas o que ele destaca é que esses fenômenos não foram acompanhados de medidas para requalificar ou manter essa mão de obra aqui no município, contabilizando que entre 1980 e 1991 três mil e setecentas pessoas saíram para outras regiões, número igual a 28 pessoas por mês.

2.1.1 Dom Pedrito e o Desenvolvimento

Segundo Souza (1995) para entendermos a questão da mão de obra é preciso primeiro repassar as Teoria do Desenvolvimento, de Schumpeter, onde ele atribui o desenvolvimento ao rompimento do fluxo circular de equilíbrio estacionário pela ação de 3 fatores: empresário, inovações tecnológicas e crédito (SCHUMPETER, 1982 apud SOUZA, 1995).

Do ponto de vista regional, prossegue Souza, a teoria do desenvolvimento precisa de adaptações, uma vez que as regiões são economias abertas, sentindo mais as influências de políticas econômicas governamentais, tais como, taxas de juros, cambio, preços mínimos, controle de crédito e outros. A região praticamente não consegue controlar esses fatores.

As teorias do desenvolvimento de Schumpeter podem se resumir em dois grandes grupos: as que enfatizam os fatores externos ao desenvolvimento, como a teoria de base exportadora e as que dão especial destaque aos fatores internos, ligados a recursos produtivos e a estrutura econômica local, como a teoria dos polos de crescimento (SOUZA, 1995).

A teoria de base exportadora diz que, historicamente, as regiões tem se desenvolvido a partir de um ou dois produtos de exportação, geralmente de natureza agrícola, como o café e a cana-de-açúcar.

Esse produto de exportação para outras regiões exerce uma variação na produção das atividades de mercado interno, gerando atividades locais relacionadas a industria, comércio e serviços para atender os empregados fixos e adicionais da atividade exportadora.

No caso de Dom Pedrito, a produção de arroz e de carnes pode ser considerada a principal base econômica do município, entorno da qual giram direta e indiretamente as atividades locais de mercado interno.

A teoria de pólos de crescimento argumenta que cada área apresenta em seu interior as forças necessárias para impulsionar o seu desenvolvimento. Ela diz que qualquer atividade, realizando investimentos na compra de equipamentos, treinamento de pessoal e no desenvolvimento de novas tecnologias gera impacto sobre o emprego e a renda da economia local. Essa teoria afirma que as atividades econômicas não surgem em todas as partes, ao mesmo tempo. Elas nascem em determinados pontos do espaço para atender a demanda local, em função dos recursos naturais existentes, da especialização da mão de obra e da tradição cultural de sua população. Em torno dessa atividade(chamada aqui atividade indutora, não exportadora como na teoria anterior) se desenvolvem uma série de atividades ligadas, fornecendo insumos para a atividade principal, beneficiando seus produtos, ou na produção de bens para a população local, completa Souza (1995).

Enquanto a atividade exportadora depende de demanda externa, a atividade indutora se desenvolve em função de seu meio (demanda, mão de obra, matérias-primas).

A indústria de beneficiamento de arroz se constitui uma atividade indutora, por fazer parte de um complexo industrial mais amplo, ou pólo de crescimento, ao mesmo tempo em que é atividade de exportação.

2.2 Mão de obra no cenário nacional

Num primeiro momento, no Brasil a extração das riquezas era feita essencialmente explorando os recursos naturais: agricultura e extração de minério (ouro), somados ao trabalho servil, conforme contam Staduto/Kreter (2010, apud Furtado, 1972) e não havia significativo contingente populacional reivindicando o livre acesso da terra para o plantio e manutenção do seu núcleo familiar. Conforme Staduto/Kreter (2010) citando agora Martins (1997), a questão agrária começou a ter contornos de uma temática para o País a partir da Lei de Terras, em 1850, que vinculou o acesso a terra através da compra.

Os motivos dessa Lei eram garantir a formação do mercado de trabalho agrícola, impedindo que o fluxo de imigrantes europeus se diluísse na imensidão do território brasileiro e estava-se também preparando no Brasil um processo de libertação de escravos. Para garantir a oferta de mão de obra, era necessário estender também à esse grupo a proibição ao livre acesso a terra.

Uma outra fase foi a época dos complexos rurais, que deixaram uma estrutura arcaica e heranças dos restos feudais da economia colonial, conforme trabalhos de Kageyama (1984), Guimarães (1977) e Rangel (1962), citados por Staduto/Kreter (2010) antecipando uma das principais questões agrárias no Brasil que foi implantação do sistema capitalista na agricultura, que pressupunha-se livrar dos obstáculos para o pleno desenvolvimento produtivo.

Staduto/Kreter (2010, apud Rangel, 1962) citam que para a superação dos problemas do desenvolvimento capitalista seria necessário desmontar essas estruturas arcaicas que conviviam simultaneamente com estruturas modernas, o que foi associado como uma das causas do desemprego no campo ou da migração campo-cidade, mostrando aqui uma das origens do êxodo rural que vai impactar até hoje o assunto mão de obra.

Mas esses autores lembram que de acordo com os modelos dualistas de Lewis(1969),

há relações muito próximas entre os setores tradicionais e modernos, inclusive no que se refere ao mercado de trabalho. Segundo ele ocorre uma transferência de mão de obra para o setor moderno, onde a produtividade do trabalho é maior. Lembram também que nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, a oferta de mão de obra é ilimitada, o que contribui para o pagamento de baixos salários.

O mercado de trabalho rural foi formado ao longo dos anos com a oferta superando a demanda existente de uma população sobrante no meio rural, que segundo os trabalhos de Kageyama (1984), Guimarães (1977) e Rangel (1962), citados por Staduto/Kreter, 2010, encontra ressonância nos dias atuais, o que resulta por outro lado, na falta de profissionais identificada nos dias de hoje para produzir nos níveis exigidos pelo mercado.

Na década de 1960 se iniciaram efetivamente as mudanças no espaço agrário, começando pela criação do fomento agrícola, com crédito subsidiado, o que representou um incentivo para o desenvolvimento da produção do setor. Criou-se também o Sistema Nacional de Crédito Rural (MENEGAT, 2002). Ele aponta para mudanças na agricultura brasileira a partir da década de 1970 citando como exemplo do fortalecimento desse processo a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 1972 e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), em 1974 conforme observado por Neves.

O Estado aparece como o instrumento capaz de realizar/implementar ações que levam à modernização do campo com O Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural, ambos criados na década de 1960, segundo Menegat (2002). Em 1972 com a criação do FUNRURAL o presidente da República revogou, em 1973, o Estatuto do Trabalhador Rural, devido a falhas, fraudes e não aplicação das leis. A falha maior do Estatuto foi tratar o trabalhador rural à imagem e semelhança do trabalhador urbano (MENEGAT, 2002 apud FERRANTE). Nos últimos anos da década de 1960 o trabalhador passou a não ser mais um trabalhador fixo, mas um trabalhador assalariado, sazonal, aquele que é expulso do campo e vai para a cidade, retornando ao campo em momentos de crise urbana, desta feita para trabalhar de forma sazonal, completa Menegat.

2.3 Mudanças importantes quanto a mão de obra rural

Staduto, Shikida e Bacha (2004), comentam o surgimento do trabalhador

assalariado temporário com as alterações ocorridas na agropecuária no plano tecnológico, principalmente a partir de meados dos anos sessenta. Esse fenômeno na agropecuária brasileira alterou a composição da mão de obra assalariada, em termos de trabalhadores temporários e permanentes. Tal como colocado anteriormente, sugere-se que ocorreu, de maneira mais clara na década de 1990, um novo ciclo de inovação tecnológica que alterou a tendência de crescimento da participação dos trabalhadores temporários na agropecuária brasileira, provocando a sua retração em relação ao trabalho permanente.

As políticas setoriais voltadas para a agropecuária, as quais foram responsáveis pela rápida tecnificação do setor, tiveram impactos em várias dimensões sócio econômicas, gerando o rápido esvaziamento da população rural e reduzindo o número de pessoas ocupadas na agropecuária.

As políticas setoriais podem ser compreendidas como um ciclo de inovação tecnológica para o Brasil, as quais geraram transformações nas relações do trabalho, que se manifestam por meio do surgimento e generalização

Staduto, Shikida e Bacha (2004) citando Kageyama (1987), falam que a agropecuária brasileira no período de sua industrialização, a partir de 1965, com a modernização, sofreu três transformações que serão mostradas a seguir.

A primeira é em relação ao trabalho, pois até meados de 1960 o trabalho apresentava um caráter mais individual ou familiar, mesmo nas regiões que utilizavam insumos modernos. Com o aprofundamento da tecnificação agropecuária o trabalho passa a ser coletivo, não mais individual como na maioria dos casos. Agora a mão de obra não é mais a mesma em todas as etapas do processo da produção, surgem turmas de trabalhadores para cada etapa. Nesse contexto, continua Staduto, Shikida e Bacha (2004) o trabalho temporário aumenta na agropecuária.

A segunda transformação foi em relação a mecanização, dividida em duas fases, o pós guerra, onde substituía-se a força motriz dos animais por máquinas e uma segunda fase da mecanização a partir dos anos 60, substituía a habilidade manual e destreza do homem por máquinas mais ágeis ainda.

A terceira transformação foi passar a produzir os insumos aqui mesmo no país, deixando de importá-los. Alguns estudos constataram a redução da sazonalidade no uso da mão de obra em razão da diminuição do emprego dos trabalhadores temporários em meados dos anos oitenta (BALSADI et al., 1995; SILVA; BALSADI; GROSSI, 1997; VICENTE,

1999; SOUZA e LIMA 2002) conforme observam Staduto, Shikida e Bacha. O uso dessas máquinas já era presente no Brasil, mas com as fábricas sendo construídas aqui, aliada a outras políticas como crédito subsidiado, a mecanização do setor agropecuário se generalizou.

Um assunto necessário de observar é o conceito de empregabilidade. Falta de mão de obra não significa falta de trabalhadores disponíveis no mercado, mas, a falta de capacidade profissional para se candidatar a um emprego ou para se manter no emprego. Lazzareschi (2011, p.193) conceitua: "o apagão de mão de obra, todos sabem, não advém da falta de trabalhadores disponíveis no mercado de trabalho, mas da falta de empregabilidade de sua grande maioria".

Isso não se deve apenas à reestruturação do processo de trabalho com suas exigências de aquisição de novas e complexas competências profissionais no Brasil de hoje, mas também pela falta de uso das políticas públicas e sociais disponíveis para serem usadas por empresas, municípios e empresários rurais, mas também por falta de saber conduzir parcerias e por falta de inovação em alguns momentos.

Uma mudança na estrutura das famílias rurais é observada por Balsadi (2001) quando afirma que as alterações fazem com que a família rural deixe de ser nucleada e orientada segundo uma estratégia única baseada na agricultura. Com isso, as fontes de renda das famílias são múltiplas, e a agricultura é apenas uma delas, em muitos casos, nem sequer a mais importante. O fundamental a destacar aqui é que, com a liberação da mão-de-obra familiar para as atividades não-agrícolas, muitos dos antigos membros familiares não-remunerados acabam ocupando-se na condição de empregados.

Outros aspectos também são anotados em observações quando Basaldi (2001) comenta que o meio rural deixou de ser sinônimo de agrícola e passou a ser o local de atividades que eram tipicamente urbanas. Citando Baptista (1994), o declínio do lugar da agricultura nas atividades e ocupações no espaço rural foi acompanhado pelo surgimento de funções não-agrícolas, tais como os aspectos ambientais e de proteção à natureza, o lazer e o turismo, a caça, a pesca e o acolhimento dos que aí pretendem viver temporária ou permanentemente.

2.4 Êxodo rural e migrações

Num estudo sobre as questões de mão de obra no campo é necessário também

entender o que é o êxodo rural, suas causas e consequências. Êxodo significa "emigração", "saída".

Já o êxodo rural ocorre devido à perda da capacidade produtiva, ou à falta de condições de subsistência, em determinado local que acarretarão no êxodo para outra localidade rural, ou, o êxodo rural para localidades urbanas.

O mais comum, o êxodo rural para localidades urbanas, acarreta uma série de problemas sociais, estruturais e econômicos para os lugares para onde os "retirantes" se deslocam. O êxodo pode também ser chamado de "migração" quando dentro das fronteiras de um país ou território, ou "emigração" quando acontece de um país, ou território, para outro.

Na história do Brasil, por exemplo, podemos citar a migração das regiões do nordeste para o sudeste ou mesmo para o norte e mais tarde, em tempos mais recentes, lá pela década de 50, se inicia uma nova migração, desta vez para a nova capital do país, Brasília. A migração para Brasília fez surgir inúmeras cidadelas que não estavam nos planos de infraestrutura e que, por terem se instalado nos arredores da grande capital, foram chamadas de "cidades-satélite" (STADUTO/KRETER, 2010).

Segundo esses mesmos autores, o Brasil presenciou o seu período de maior êxodo rural entre as décadas de 60 e 80 quando aproximadamente 13 milhões de pessoas abandonaram o campo e rumaram em direção aos centros urbanos. Isso equivale a 33% da população rural do início da década de 60.

De fato, segundo Castro (1985), no Brasil o êxodo rural a partir da década de 60, combinado com o crescimento vegetativo da população urbana, mostrou-se mais que suficiente para atender a demanda de mão-de-obra das atividades urbanas nos anos subseqüentes. Entretanto, à medida que avançava o processo de industrialização, era cada vez mais difícil assimilar nas cidades a mão-de-obra proveniente do campo. Tal desequilíbrio traduziu-se na sustentação de níveis salariais extremamente baixos, apesar da rápida elevação da produtividade industrial. Esse cenário contribuiu certamente para sustentação de elevada lucratividade dos empreendimentos manufatureiros.

Os principais motivos que fazem com que grandes quantidades de habitantes saiam da zona rural para as grandes cidades são: busca de empregos com boa remuneração, mecanização da produção rural, fuga de desastres naturais (secas, enchentes etc), qualidade de ensino entre outros.

Além do desemprego, o êxodo rural descontrolado causa outros problemas nas

grandes cidades. Ele aumenta em grandes proporções a população nos bairros de periferia das grandes cidades. Como são bairros carentes em hospitais e escolas, a população destes locais acabam sofrendo com o atendimento destes serviços. Escolas com excesso de alunos por sala de aula e hospitais superlotados são as consequências deste fato.

Os municípios rurais também acabam sendo afetados pelo êxodo rural. Com a diminuição da população local, diminui a arrecadação de impostos, a produção agrícola pode decrescer e muitos municípios acabam entrando em crise.

2.5 Políticas públicas

Políticas públicas é o conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais (STADUTO/KRETER, 2010).

É o conjunto de ações de governo dirigidas de forma específica ao setor agropecuário com o objetivo de reduzir custos de produção, gastos com educação e saúde, estabilizar a renda dos produtores, prover crédito (LAMONIER, 1994). Um conceito amplo, que vai além das meras atividades no campo da produção.

Nos últimos anos, e nos governos Lula, primeiro e segundo mandatos, muitas políticas foram implantadas, algumas com impactos muito visíveis e favoráveis, outras ainda pouco exploradas ou conhecidas e algumas que mudaram o cenário da qualidade de vida no campo, como o Programa Luz para Todos.

No âmbito local também ouve impactos, como o exercido pela lei 11.947/2009 que diz respeito à regulamentação da aquisição da alimentação escolar, onde diz que do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

Isso significa que a produção deve ser local, o que pode incentivar a diminuir a ida das famílias para a cidade. Também pode auxiliar a manter as famílias de pequenos produtores com uma renda mais garantida, ou perspectivas mais sólidas impactando em mais qualidade de vida e menos êxodo rural e migrações, podendo também de certa forma abrir possibilidades de contratação de suporte de mão de obra por períodos temporários e em alguns casos de pequenas propriedades mais estruturadas até de maneira permanente.

Dentro do assunto políticas públicas ou agrárias, existem algumas recentes e que mostram a preocupação do governo num âmbito geral em manter o homem no campo ou atraí-lo de volta para ele, medidas essas que mostram efeitos concretos no Brasil como um todo e também aqui na região e no município se fazem presentes e fáceis de serem identificadas, como vamos ver a seguir. Também observaremos alguns fenômenos que afetam diretamente o assunto mão de obra rural.

2.5.1 Luz para todos

O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos), instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, e alterado pelo Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008, visa a prover o acesso à energia elétrica à totalidade da população do meio rural brasileiro (INFORMATIVO LUZ PARA TODOS, 2010).

Segundo esse informativo, num contexto em que 80% da exclusão elétrica está no meio rural, o Luz para Todos veio garantir o acesso ao serviço público de energia elétrica a todos os domicílios e estabelecimentos do meio rural, melhorar a prestação de serviços à população beneficiada, intensificar o ritmo de atendimento e mitigar o potencial impacto tarifário, por meio da alocação de recursos subvencionados e pelo complemento de recursos financiados.

O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, operacionalizado pela Eletrobrás e executada pelas concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural em parceria com os governos estaduais. Além de levar energia à população rural, oferece soluções para utilizá-la como vetor de desenvolvimento social e econômico em comunidades de baixa renda, contribuindo para a redução da pobreza e para o aumento da renda familiar. O acesso à energia elétrica facilita a integração aos serviços de saúde,

educação, abastecimento de água e saneamento, bem como aos programas sociais do governo federal.

Ao viabilizar o acesso à energia elétrica, o programa favorece a permanência das famílias no campo, melhorando a qualidade de vida. Com a chegada da energia, as famílias adquirem eletrodomésticos e equipamentos rurais elétricos, o que permite o aumento da renda, a melhoria do saneamento básico, da saúde e da educação, fortalecendo o capital social dessas comunidades.

Estima-se que, aproximadamente, 300 mil empregos diretos e indiretos são gerados em consequência da implementação do projeto, uma vez que é dada prioridade ao uso da mão de obra local e à compra de materiais e equipamentos nacionais fabricados nas regiões próximas às localidades atendidas.

Segundo esse Informativo, foram utilizados 824 mil transformadores, 1,1 milhão de km de cabos elétricos, o equivalente a mais de 26 voltas ao redor da Terra, e 5,6 milhões de postes. Beneficiou tanto o homem do campo, quanto as empresas e trabalhadores das grandes cidades. De acordo com uma pesquisa realizada pelo MME no início de 2009, 79,3% das famílias entrevistadas passaram a ter televisão e 73,3% adquiriram geladeira, o que equivale dizer que no universo de 2,2 milhões de famílias atendidas foram comercializados 1,7 milhão de televisores e 1,6 milhão de geladeiras. Sem falar nas que compraram liquidificadores, ventiladores, bombas d'água etc (INFORMATIVO LUZ PARA TODOS, 2010).

Esse conforto que alguns passaram a ter após a implantação do projeto é um dos fatores, sim, que tem relação direta na hora da avaliação pelo empregado de sua permanência ou aceitação de um emprego ligado ao campo, afinal, hoje muitas das comodidades que a família urbana possui, a rural passou a ter também, como internet e outras.

As políticas de crédito estão com acesso facilitado, há muitos esforços a esse respeito.

O Luz Para Todos é considerado o programa de inclusão elétrica mais ambicioso implementado no mundo.

2.5.2 PRONAF

A questão agrária pode ser dividida em dois tipos de análise (STADUTO/KRETER, 2010). A primeira delas diz que o esvaziamento do campo é uma situação irreversível pela ausência de viabilidade da geração de um nível de renda suficiente para manter as famílias na

forma da agricultura familiar. A outra análise se contrapõe à primeira, e associa a viabilidade da agricultura familiar a partir de políticas públicas, como o caso do PRONAF.

O Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) se propõe a fortalecer a agricultura familiar como categoria social, mediante apoio financeiro (financiamento para custeio e investimento de atividades agrícolas), capacitação e apoio à infra-estrutura social e econômica dos territórios rurais fortemente caracterizados pela agricultura familiar. A maior parte de seus esforços e resultados estiveram focados no crédito até agora, mas nos três últimos anos, o governo federal passou a desenvolver novas ações, principalmente na área de comercialização (estoques, compras, garantia de preços mínimos), assistência técnica, extensão rural e seguro agrícola.

Nos últimos anos evoluiu em vários aspectos, como com a diminuição progressiva dos encargos e elevação dos níveis de subsídios, inclusive sobre o capital (os juros passaram de 16% ao ano para 4%, rebate nos grupos de baixa renda – A, B e C) e com a estruturação de uma política de assistência técnica e extensão rural. Também criou linhas específicas de financiamento para jovens, mulheres, agroecologia e outras. Um ponto negativo é a lógica bancária usada na distribuição do crédito onde, lógico, são preferencialmente beneficiados os agricultores com menor risco bancário.

Cabe ressaltar, que se no período dos intensos debates sobre a questão agrária, nas décadas de 1950 e 1960, os protagonistas das políticas públicas tivessem se empenhado em apresentar soluções em suas diversas dimensões a esta questão, ela poderia ter tido repercussões positivas de longo prazo sobre os vários problemas sócio-econômicos (STADUTO/KRETER, 2010). Mesmo que haja crescimento econômico, os indivíduos menos qualificados tendem a não ser mais absorvidos em uma ocupação de qualidade, uma relação direta com o nível de escolaridade e educação, que veremos no tópico seguinte.

2.6 Educação

Segundo o dicionário Aurélio (2008) educação é o "processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social".

Ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações jovens para adaptá-las à vida social; trabalho sistematizado, seletivo, orientador, pelo qual nos ajustamos à vida, de acordo

com as necessidades ideais e propósitos dominantes; ato ou efeito de educar; aperfeiçoamento integral de todas as faculdades humanas, polidez, cortesia (DICIONÁRIO AURÉLIO, 2008).

Para definir educação, diz Durkhein (1955) será preciso, pois, considerar os sistemas educativos que ora existem, ou tenham existido, tomá-los, e aprender deles os caracteres comuns. O conjunto desses caracteres constituirá a definição que procuramos.

O Brasil é um grande produtor de alimentos, mas tem uma dívida com as populações camponesas. Temos, aproximadamente, 30 milhões de pessoas que vivem no campo, o Brasil é a segunda maior agricultura do mundo, produz 300 bilhões de dólares e exporta quase 95 bilhões de dólares, no entanto há poucas política de educação para a população que vive no campo brasileiro (FERREIRA, BRANDÃO, 2011).

Continuando Ferreira, Brandão (2011), o modelo de desenvolvimento implementado no campo brasileiro foi tão excludente que marca até hoje o modelo de educação adotado no Brasil. A escola brasileira, de 1500 até o início do século XX, serviu para atender as elites, sendo inacessível para grande parte da população rural. Para as elites do Brasil agrário, as mulheres, indígenas, negros(as) e trabalhadores(as) rurais não precisavam aprender a ler e escrever, pois, para desenvolver o trabalho agrícola o letramento era desnecessário.

Em um país capitalista, ainda Ferreira, Brandão (2011), marcado por profundas diferenças sociais como o Brasil, a educação e o desenvolvimento estão subordinados ao sistema econômico e aos seus interesses. Por meio da educação, ideologicamente se legitima o crescimento econômico, se afirma a cidade como *lócus* do desenvolvimento e da modernidade, atribui-se ao meio rural e aos sujeitos que ali vivem e trabalham estereótipos como mórbidos, indolentes, atrasados enaltecendo os ideais urbanos em oposição ao rural, seu mundo e sua cultura. Nas cidades são criados os referenciais de educação e de desenvolvimento para o meio rural e quando ali chegam, seguem caminhos que dificilmente se entrelaçam ou consideram a realidade social, cultural e ambiental para problematizá-la e transformá-la em favor da vida em sua plenitude e extensão, conclui.

Observando Lazzareschi (2004) que destaca o tamanho do despreparo do jovem, o Programa Primeiro Emprego, lançado em 2003, e uma das principais bandeiras da campanha eleitoral do Presidente Lula, que previa criar 260.000 vagas/ano para jovens, mas só conseguiu criar 15.000 em quatro anos foi um completo fracasso. Com média de sete anos de escolaridade, escolaridade marcada pelo analfabetismo funcional da grande maioria dos alunos, a força de trabalho brasileira tem o mais baixo grau de escolaridade do mundo

industrializado, se comparada com a força de trabalho do leste europeu – 11 anos – e dos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, onde a média é de 13 a 14 anos de estudo.

Ante esse despreparo, prefere-se a contratação de trabalhadores mais velhos, cuja experiência em diferentes ocupações compensa a escolaridade de baixa qualidade. Lazzareschi (2004) conta que em um trabalho de pesquisa que realizou com alunos de ensino fundamental completo e com grande maioria possuindo ensino médio completo, todos – sem exceção – foram incapazes de compreender de imediato uma simples informação por escrito, de redigir uma só frase corretamente e, sobretudo, incapazes de fazer operações aritméticas muito simples.

Uma outra medida tomada pelo governo, depois de muito estudo será o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), que irá oferecer apoio técnico e financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios para implementação da política de educação do campo

É um programa que visa garantir oportunidades para que as novas gerações possam estudar e se desenvolver . O objetivo principal é melhorar a educação no campo. Propõe desde oferecer material didático com conteúdo diferenciado para as escolas rurais, com temas que estão relacionados com a realidade das pessoas que vivem no campo e até resolver o problema do transporte dos estudantes nas áreas rurais(ônibus, lanchas e bicicletas serão distribuídas). Haverá vagas de acesso ao ensino técnico e emprego e aperfeiçoamento para professores rurais - aproximadamente 50% não tem licenciatura -(FERREIRA, BRANDÃO. 2011).

Também segundo Ferreira/Brandão, 2011, no Brasil existem 76 mil escolas rurais, com mais de 6,2 milhões de matrículas e 342 mil professores. O Pronacampo vai estabelecer um conjunto de ações articuladas que atenderá essas escolas em quatro eixos: gestão e práticas pedagógicas, formação de professores, educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica.

2.7 Gestão

Dom Pedrito tem como base de sua economia o agronegócio, representado pela pecuária, as lavouras e as agroindústrias, responsáveis pela quase totalidade da geração de renda do município, assim como a grande maioria das pequenas cidades brasileiras. No Brasil

o agronegócio é responsável por 33% do PIB, 42% das exportações totais e 37% dos empregos (Ministério da Agricultura, 2007).

A importância desse setor na geração de emprego e renda no país é notória, assim como a importância da mão de obra para a competitividade do setor, sem deixar de lado a observância de estudos de recursos humanos nas atividades de cada elo das cadeias produtivas.

De acordo com Batalha (2005) o sistema agroindustrial, composto por complexos agroindustriais e por cadeias de produção, necessita de capacidade produtiva apoiada pela tecnologia e por pessoas capacitadas.

Antigamente as grandes fábricas utilizavam grande massa de trabalhadores e as preocupações eram selecionar, contabilizar atrasos e custos da folha de pagamento, conhecido isso como a fase contábil da gestão de pessoas, facilmente controlada com a admissão de gerentes e que consistia em identificar quantos trabalhadores, produziam quantos produtos, com que frequência e são remunerados por que quantia, característica do início do século XX (RIGO, 2007).

O simples alterar de tecnologias já é suficiente para a gestão de recursos humanos prever novos desafios e ter uma atenção diferenciada, principalmente diante da importância do trabalho das pessoas para a agregação de valor aos produtos e serviço das empresas e propriedades.

Devido a isso há um novo conceito que define trabalhador, antes recursos e custos e hoje tratado como pessoas com conhecimento, habilidades, competências e emoções a serem gerenciadas (CHIAVENATO, 2004 apud RIGO, 2007). Também deve ser observado um novo papel dos governos no assunto mão de obra, uma nova responsabilidade (NEVES, 2005).

Essa nova visão do trabalhador mostra que administrar pessoas não é só lidar com meros funcionários, no contexto competitivo de um mundo globalizado uma das formas de agregar valor aos produtos é considerar o comprometimento, a criatividade e o conhecimento do trabalhador como um meio de atingir objetivos de maneira séria e sustentável.

No trabalho de Rigo (2007) ela cita Amorim (2005) que diz que a administração de RH no agronegócio tem duas preocupações, uma voltada a retenção de profissionais qualificados para a execução das atividades e outra relacionada a atender as exigências das leis contidas na CLT.

Assim gerenciar pessoas envolve uma série de atividades e uma série de

preocupações, tais como seleção de pessoal, recrutamento, motivação, avaliação de desempenho, premiações e muitas outras.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Patton (1990), os problemas humanos e sociais podem ser entendidos e solucionados com conhecimento. Através dos dados coletados neste trabalho foi possível conhecer um pouco do cenário relacionado a mão de obra utilizada no meio rural no município de Dom Pedrito e entender alguns motivos para tal situação.

Após a aplicação dos questionários e as entrevistas com pessoas que atuam nessa área, desde produtores e empresários rurais, até lideranças vislumbrou-se o que ocorre na prática e a partir daí criou-se um leque de questionamentos que, se não respondidos nesse trabalho, servirão de ponto de partida para outros trabalhos ou auxiliarão no desenvolvimento desses.

Com o cruzamento da fundamentação teórica e os dados coletados nas entrevistas ao final do trabalho foi possível destacar tópicos que devem receber atenção especial quando buscamos entender o assunto mão de obra rural no município de Dom Pedrito.

3.1 As culturas praticadas e as funções existentes nas propriedades

O meio rural no município de Dom Pedrito é conhecido pelo destaque na produção de arroz e gado, agora tendo uma participação significativa também a produção de soja e a diversificação adotada na produção de uvas e vinhos.

Esse trabalho perguntou especificamente numa das questões do questionário "qual o principal ramo de atuação na propriedade?", e através do resultado possibilitou um entendimento de qual é a coluna central de muitos produtores e o papel de atividades de diversificação ou que fazem parte de um pacote secundário de produção, seja para minimizar os custos com alimentação dos empregados ou até mesmo para servir de alimentos para os animais, caso das pastagens. Na tabela a seguir é mostrado o resultado.

Tabela 2 – Principal ramo de atuação da propriedade

	Pecuária	Arroz	Outros	
Percentuais	60%	30%	10%	

Fonte: Dados do Trabalho

hectares de soja (Dom Pedrito e suas conquistas, 2010), a pecuária foi apontada pela pesquisa como o principal ramo de atuação no município e o arroz por 30%, ficando as outras culturas todas somadas com 10%.

Isso se explica pelos proprietários e gestores tratarem ovinocultura, criação de equinos, fruticultura, e outros como meios de diversificação e maneiras de explorarem nichos de mercados e a soja por ser uma cultura nova que cresce nos espaços antes ocupados pelo arroz ou gado de corte, só agora começa a receber o status de carro chefe desses estabelecimentos e a produção de leite ser importante apenas para pequenas propriedades.

Tabela 3 – Quantidade de mão de obra utilizada na agricultura moderna

	Um homem para cuidar de:
Pecuária	700 ha
Lavoura	40 ha
Fruticultura	2 ha

Fonte: Dados do trabalho

Um dos aspectos observados é em relação as funções existentes hoje no meio rural nas propriedades localizadas no município de Dom Pedrito. Através desse Trabalho foi possível identificar uma lista de funções que estão presentes em praticamente todas as propriedades e também identificar algumas que estão em extinção ou onde há mais carência.

Tabela 4 – Funções presentes nas propriedades

	percentual
Cozinheiro	85,72
Serviços gerais/campeiro	78,57
Caseiro	71,42
Capataz	64,30
Operador de máquinas ou tratores	64,30
Motorista	21,43
Operador de lavouras	21,43

Fonte: Dados do trabalho

Esse mesmo mix de funções é encontrado tanto nas lavouras, como na pecuária, estando presente em grande percentual das respostas do questionário aplicado, apenas com uma diferença na nomenclatura, sendo adotado na Pecuária em vez de serviços gerais, o nome "campeiro", com atribuições um pouco diferente.

A integração lavoura e pecuária também precisa ser observada de maneira especial, já que as propriedade atuam de maneira diferentes em relação ao uso da mão de obra nesse tipo de parceria, algumas com funcionários completamente individuais, outras usando alguns nos dois ramos e por último um grupo que utiliza capatazes independentes para cada setor.

Também há um grupo de trabalhadores que estão sumindo do mercado de mão de obra e sua falta foi observada em algumas respostas, como o esquilador e o zelador de arame ou alambrador.

Algo interessante a observar é que algumas propriedades adotam a terceirização de serviços e em alguns momentos é usual apelar para diaristas, que não são ligados a empresa propriamente dito mas que são acionados em momentos de contingência (Entrevistado C).

3.2 O perfil dos gestores

Os resultados da aplicação dos questionários mostraram que metade dos gestores que participaram dessa pesquisa possuem idade entre trinta e seis e quarenta e cinco anos, jovens de certa forma quando nos referimos a tocar os negócios das propriedades ou empresas rurais.

Também com bastante percentual seriam os gestores entre cinquenta e seis e sessenta e cinco anos, já de certa forma bem mais maduros.

Tabela 5 – Idade dos Gestores

Faixas de idade	36-45	46-55	56-65	+de 65	
%	50	0	35,71	7,15	

Fonte: Dados do trabalho

Outro aspecto observado é que a maioria dos gestores são do sexo masculino, mais de oitenta e cinco por cento, sendo uma minoria feminina envolvidas na condução das propriedades no município, como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 6 – Sexo dos gestores

	masculino	feminino	
Percentual	85,71	14,29	

Fonte: Dados do trabalho

O último dado relativo aos gestores é quanto a escolaridade. Ficou claro que a grande maioria possui nível superior, mais de setenta por cento, como mostra o quadro a seguir.

Tabela 7 – Nível de escolaridade dos gestores

	percentual	
Ensino médio	7,15%	
Superior Incompleto	14,29%	
Superior	71,42%	
Não respondeu	7,15%	

Fonte: Dados do Trabalho

Um dado preocupante em relação a gestores é que ao mesmo tempo em que 50% das propriedades escolhem como sucessor o filho do dono quando esse não pode mais gerir os negócios, um em cada quatro estabelecimento declara que a tomada de decisões ainda segue a maneira que faziam pais e avós do dono, ou seja um fator cultural influenciando em decisões pouco estudadas.

Por outro lado já há uma luz no fim do túnel quando analisamos que 1/3 das propriedades já afirma que busca no mercado profissionais para essa função, enquanto também 15% delas pretende escolher o sucessor na chefia entre os funcionários mais antigos.

3.3 Fontes de recrutamento e tempo de permanência do funcionário na mesma empresa

Ainda dentro do assunto gestão nas propriedades rurais do município de Dom Pedrito, a maneira mais usada para contratação de funcionários é através das indicações feitas por parceiros, pessoas ligadas ao proprietário ou outros empregados (71,42% usam essa forma).

Também é possível destacar o auxilio das entidades como associação de Agricultores e Sindicato Rural utilizados por metade dos produtores consultados para ajudarem a

completar seus elencos de funcionários.

Na tabela a seguir vemos outras formas usadas para contratação de pessoal.

Tabela 8 – Fontes de Recrutamento

	percentuais de uso
Indicações	71,42
SINE	50%
Entidades (Associações/Sindicato)	50%
Análise de Currículo	35,70
Anúncio em Rádio/Jornais	21,43
Banco de dados interno	21,43
Boca a boca	14,30

Fonte: Dados do Trabalho

A média de tempo que um funcionário permanece numa mesma propriedade varia muito conforme o estilo de liderança adotado pelos gestores, mas no geral notou-se que após superar o primeiro ano, o funcionário tende a permanecer vários anos disponível ao empregador.

Tabela 9 – Tempo de permanência do funcionário no estabelecimento

	% das propriedades
Menos de um ano	28,85
Entre um e dois anos	28,85
até cinco anos	21,43
Mais de cinco anos	21,43

Fonte: Dados do Trabalho

Nesse aspecto de tempo de serviço dedicado a mesma propriedade, as entrevistas e o resultado da pesquisa mostraram que é possível dividir os funcionários em dois perfis, algo parecido com núcleo base e efetivo variável, expressão usada pelo exército. Os que permanecem menos de um ano seriam o efetivo variável, geralmente formado por aprendizes

que não tiveram desempenho aprovado ou estão no mercado apenas para depois se beneficiar do auxílio seguro desemprego.

Já o outro perfil, núcleo base, é um efetivo formado por funcionários competentes com desempenho aprovado pelos gestores e que só mudam de emprego por propostas melhores ou insatisfação com algum aspecto de qualidade de vida no campo, como falta de escola para filhos ou acesso a propriedade muito distante da zona urbana.

Um dos incentivos mais utilizados como bonificação extra salário é o pagamento de percentagem sobre a venda da produção, presente em 50% das propriedades.

E para combater um dos problemas mais frequentes que dificulta a permanência dos funcionários (citado por 30% dos estabelecimentos), muitas faltas ao trabalho, uma empresa que gere várias propriedades adotou o bônus para não faltantes (10% sobre o salário), que segundo o entrevistado C obteve um resultado impressionante e praticamente eliminou esse problema.

Dentro do percentual de funcionários com mais de cinco anos na mesma empresa é necessário ressaltar que há uma fidelidade surpreendente descoberta nas entrevistas, onde o número de empregados com mais de vinte anos não é raro, havendo casos de empregados com mais de três décadas servindo a mesma propriedade e em 1/3 das propriedades há ocorrência de funcionários de um único emprego a vida toda.

3.4 O Tamanho Das Propriedades

Na fase de criação do trabalho pensava-se em abordar de maneira separada as diversas ramificações do agronegócio no município de Dom Pedrito, dando ênfase as subdivisões como criações de ovinos, criações de equinos, produção de leite, fruticultura, mel e muitos outros com a relação da mão de obra empregada nesses setores.

Com o desenvolvimento do trabalho e a partir das primeiras entrevistas e conversas com proprietários e gestores foi se desenhando a realidade das propriedades e elucidando o formato das atividades empregadas no município o que tornou desnecessário num primeiro momento uma divisão tão criteriosa.

Basicamente descobriu-se que a agricultura familiar no que se refere aos assentamentos sobrevive em média com módulos de 30 a 60 hectares (Entrevistado A) e os pequenos proprietários que se sustentam na imensidão do território do município com algo

próximo a cem hectares.

Segundo Souza, 1996, essas propriedades até 100 hectares perfaziam 43% dos proprietários de terra do município, mas apesar da pesquisa atual não responder essa questão acredita-se que esse percentual baixou consideravelmente, possivelmente por não haver inovação na maneira de gerir o negócio, principalmente no que se refere ao assunto mão de obra.

Os tamanhos dos estabelecimentos que predominaram nessa pesquisa foram propriedades entre 100 e 300 hectares (21,43%) e com mais de 800 hectares (64%).

3.5 Agricultura Familiar

Um dos detalhes importantes na condução desse trabalho foi identificar em que lugar se insere a agricultura familiar no contexto da utilização de mão de obra rural no município, e isso é entendido quando utilizamos o conceito citado por Ferreira/Brandão (2011) do **dualismo estrutural/tecnológico** de Sandroni (1999). Nesse conceito fica claro a existência de duas agriculturas, a tradicional e a de escala.

Na **agricultura tradicional**, há escassez de recursos, pouco acesso a créditos, tecnologias desatualizadas e ela tem um papel apenas de subsistência, ao contrário da **agricultura moderna ou de escala**, muito tecnificada, com recursos e disponibilidade de créditos abundantes, geralmente exporta parte da produção e é caracterizada por latifúndios.

A partir do entendimento dessas duas vertentes foi possível entender como se apresenta a agricultura familiar no município de Dom Pedrito, hoje praticamente composta pelos assentamentos dependentes de benefícios e programas do governo como o bolsa família e aposentadorias, sobrevivendo praticamente com a mão de obra de dois ou três membros da família, sem recursos e alternativas de reforços.

Ao contrário de quando iniciou a formação dos assentamentos com cento e cinco lotes hoje dos proprietários originais os que restaram são empregados em granjas e estâncias vizinhas ou exercem funções de tratoristas ou aramadores em propriedades mais estruturadas. O pecuarista familiar existente no município hoje antes de se sustentar com a renda adquirida com o que é produzido na propriedade, vive de renda fixa, de aposentadoria ou pensão.

Vários problemas são identificados nesse contexto, desde a forte presença de abigeatos dificultando pequenas criações que ficam vulneráveis devido a núcleos familiares

com poucos membros, a falta de sucessão familiar para tocar a propriedade na ausência do patriarca o que acarreta em muitas vezes o repasse do lote para terceiros, geralmente o cônjuge ou parente de vizinhos, que possuem apenas união estável o que possibilita se habilitarem a programas do governo.

Outro problema muito presente destacado pelo Entrevistado A é o alto índice de alcoolismo identificado nesse meio que influencia a pouca motivação para trabalhar a terra fazendo com que haja uma baixa produção de alimentos, se salvando apenas a cultura da pecuária nos lotes mais desenvolvidos, que possuem em média entre 30 e 60 hectares.

O recurso de mutirões promovido pela secretaria de agricultura em parceria com SENAR, EMATER e sindicatos auxilia na época de vacinações ou disseminação de reciclagens, muitas vezes atrapalhados pelo baixo índice de escolaridade, ficando em média da quarta série quando muito.

Uma das observações marcantes é que culturas pouco valorizadas pela agricultura em escala no município são forte geradores de renda para a agricultura familiar, como é o caso da bovinocultura de leite, auxiliando uma bacia leiteira em expansão no município atualmente. A grande dificuldade seria conseguir mão de obra para auxiliar nesse serviço, característica idêntica a outras regiões do estado

Outro grande obstáculo a ser superado é a qualidade das estradas, que emperram o crescimento da atividade, sem falar nas distâncias dentro do próprio município, quinto maior do Estado.

A falta de estradas internas é percebida em vários depoimentos, não só na agricultura familiar. As vezes é necessário um retorno muito longo inviabilizando muitas operações, sem falar na falta de bueiros que ocorre com frequência também. Caminhões e ônibus escolares não conseguem fazerem o retorno, aumentando o percurso em dezenas de quilômetros

Partindo do tema estradas, vemos a dificuldade desses moradores quando o assunto é saúde também. Além do sacrifício para tocarem as atividades, praticamente não contam com assistência médica, pois além de precisarem vencer grandes distâncias é necessário que as estradas estejam num dia favorável ao tráfego, sem falar que há poucos atendimentos nas propriedades em si.

O saneamento básico é outra questão que assusta nesse âmbito rural, não há destino adequado aos dejetos, apesar do INCRA acenar com algumas parcerias e ideias que necessitam de muita boa vontade por parte dos assentados para saírem do papel.

O desânimo desses agricultores fica visível quando o assunto é água potável. A presença do xisto inviabiliza a abertura de poços rasos em algumas regiões, já que seriam necessários poços de aproximadamente duzentos metros de profundidade e isso é um dos fatores que afugenta inclusive agroindústrias e boa parte dos interessados em trabalho rural. A própria limpeza de tetos de animais precisa de água de qualidade.

Nesse assunto notamos através das entrevistas e conversas que o ontem é representado pelos algibres, o hoje pelos poços mas o futuro do assunto água passa pelos sistemas de tratamento que já começam a ser pensados nas propriedades mais vanguardistas.

3.6 Qualidade de vida nas propriedades

As facilidades oferecidas aos funcionários nas propriedades mostram desde rádio/tv (disponíveis em 85,71% das propriedades) até sinal de internet e TV a cabo já disponibilizados aos funcionários, com isso ocorrendo em 14,3% dos estabelecimentos.

Isso bate de frente com o que dizem 42,30% dos empregadores rurais que afirmam que o deslocamento até a propriedade é por conta do funcionário e em 33% das propriedades rádio/tv são as únicas facilidades oferecidas.

A carga horária cumprida pelos trabalhadores é geralmente de oito horas por dia, como nos trabalhos urbanos (50% afirma ser essa a carga horária normal), salvos períodos de contingência como épocas de colheitas, mas que geralmente são reforçados com equipes de funcionários temporários ou terceirizados.

Outros 50% adota um horário tradicional de campanha, determinado pelo clima ou temperatura. No inverno, tempo de chuva ou tempo ruim é o mínimo de trabalho possível. No verão tudo pára entre 10:30 e 15:00 horas não havendo atividades nesse período, salvo raras exceções.

A política de premiação ou incentivo é adotada em 71,42% dos estabelecimentos, sendo que 50% desses afirma utilizar a porcentagem sobre a produção como bônus.

Um dos grande problemas enfrentados por quem mora no campo é a qualidade dos sinais de linhas de celulares. Mais de 70% definiu como péssimo/ruim, chegando a ficarem completamente incomunicáveis em dias de chuva ou tempo ruim.

Chegamos ao assunto estradas. Ouve uma lembrança de 28,43% dos produtores que as elas podem ser a maior dificuldade para permanência dos empregados, estando geralmente

em péssimo estado, sem projetos de modernização e até com falta de retornos, aumentando o percurso em muitos casos.

Por maior que seja a área territorial do município se houvessem estradas de qualidade, mais vias asfaltadas, haveria mais interesse em se manter em trabalhos rurais.

Uma prova disso é que muitas pessoas enfrentam mais de 100 km diários para trabalharem em municípios vizinhos como Bagé, Candiota e Santana do Livramento. Ocorre que há a certeza de que as estradas garantam sua ida e sua volta, com chuva ou sol.

Continuando nesse raciocínio, há linhas de ônibus disponíveis, com horários e dias fixos sendo possível vir diariamente. Um projeto que viabilize isso para o interior mudaria significativamente o cenário.

Apesar da escassez de mão de obra rural ter essas justificativas físicas, palpáveis, há também a mentalidade de alguns gestores. Alguns acreditam que disponibilizar rádio e TV e nada mais é suficiente para manter o funcionário motivado e se sentindo bem(um terço dos 85,71% que disponibilizam esses bens fazem isso), o que contrasta com 14,29% que já disponibilizam sinais de internet e TV a cabo para os funcionários e 7, 15% dos que auxiliam com plano de saúde.

Em contrapartida a favor de quem escolhe trabalhar no meio rural, a pesquisa revelou que 20% das propriedades oferecem infraestrutura de moradia de qualidade, 14, 3% disponibilizam repetidora de sinal de celular, 21,9% disponibilizam boa e farta alimentação sem descontar dos salários e 64,27% incentivam a possibilidade de trabalhar com o cônjuge, destacando também que não é necessário gastos com alugueis, o que possibilita juntar dinheiro para outros projetos, ao contrário da cidade onde tudo precisa ser pago.

Quando a pesquisa mostra claramente esse lado positivo, abre-se a questão que as equipes de gestão estão pecando em um ponto: precisam de marketing para divulgar esses aspectos positivos.

3.7 Escassez de mão de obra rural

Após sistematizados os resultados, foi possível concluir que não está fácil conseguir mão de obra para realizar os serviços nas propriedades, ou seja, há uma escassez de mão de obra rural no município de Dom Pedrito.

Todos os entrevistados e 92,85% dos questionários aplicados estão de acordo com essa resposta. E não é somente a mão de obra para tarefas simples. Um em cada quatro gestores ou responsáveis por propriedades afirmam que não há nenhum tipo de mão de obra disponível, até mesmo a mão de obra técnica ou com formação está escassa.

Os motivos ou causas dessa escassez ficaram muito bem definidos nos resultados do trabalho e o conjunto de atitudes que resulta nessa situação é mostrado na sequencia.

Essa escassez de mão de obra primeiro se justifica pela falta de atratividade dos trabalhos nas propriedades rurais quando concorrem com os trabalhos urbanos, mesmo que informais ou sem praticamente qualificação, apontado por 14,3% dos que responderam ao questionário, destacando a proximidade das opções de lazer e facilidades urbanas.

Cooperando dentro dessas facilidades urbanas separamos itens corriqueiros do dia a dia como qualidade da água potável, sinais de celulares que praticamente não existem e ausência ou dificuldade de escolas para filhos em idade escolar.

Tabela 10 – Origem da água para consumo humano nas propriedades

	9⁄0	
Poço artesiano	42,85	
Cacimba	21,90	
Água da chuva armazenada em cisterna	14,60	

Fonte: Dados do trabalho

A qualidade dos sinais de celulares foi definida como péssima/ruim para 71,42% e 28,58% respondeu apenas como qualidade normal, não havendo nenhuma resposta que apontasse sinal de qualidade boa ou ótima.

Esse é um dado alarmante que obriga 14,3% das propriedades a disponibilizarem repetidora de sinais de celulares e 42,85% contarem com telefones fixos que podem ser acionados em casos de emergências, situação mais preocupante ainda quando se trata da agricultura familiar e assentados que em dias de chuva ou mau tempo ficam completamente sem sinal e incomunicáveis com a zona urbana e familiares.

Passando para o assunto das escolas no meio rural a pesquisa revelou que 1/3 dos gestores já perdeu funcionários para a zona urbana quando chegou a idade escolar dos filhos.

Os motivos apontados vão desde fechamento de escolas e por não haver escolas próximas, ambos com 14, 3%, até dificuldades na espera pela Kombi da nucleação(42,85% conta com esse recurso para transporte dos filhos), que geralmente resulta em espera muito grande pelo veículo, obrigando as crianças a saírem cedo da cama, ainda de madrugada em muitos casos, sem falar que em dias de chuva não há a coleta das crianças por motivo das estradas não oferecerem condições de tráfego.

A falta de qualificação da mão de obra no aspecto de não saber executar as tarefas na propriedade ou não ter consciência de caprichar também coopera para a escassez de mão de obra rural, apontado em 50% da pesquisa. Há três motivos apontados pelos gestores, concorrência de trabalhos informais na zona urbana e citam o exemplo da facilidade de trabalhar como *motoboy*, a utilização de seguro desemprego que patrocina cinco ou seis meses longe das propriedades até serem aproveitados por outras e uma parceria em realização de cursos e treinamentos falhos.

Quando transportamos essa última observação as empresas/propriedades que atuam com fruticultura temos um exemplo muito claro dessa falha, já que 100% delas mostraram interesse em montar turmas de funcionários temporários para a colheita, principalmente da uva, e isso se mostrou impossível, sendo preciso buscar esses funcionários de fora do município, muitas vezes de regiões distantes.

Chegamos então em dois motivos muito destacados no que se refere a falta de atração por um emprego no meio rural, a qualidade das estradas e a extensão do território do município. Apesar dessas variáveis não serem abordadas nas perguntas, foram citadas como causadores de dificuldades à permanência dos trabalhadores por metade dos que responderam ao questionário e por todos os entrevistados.

As principais observações sobre o assunto são a qualidade das vias, falta de asfalto e intrafegabilidade em dias de chuva, a falta de retornos e estradas internas aumentando o percurso muitas vezes em dezenas de quilômetros, inviabilizando o tráfego de caminhões e linhas de ônibus que poderiam auxiliar no transporte escolar ou ligação cidade/campo.

A extensão do território do município também atrapalha causando demoras nos deslocamentos de máquinas para manutenção das estradas ou conserto de bueiros, sem falar na própria viabilidade da patrulha agrícola no auxílio aos pequenos agricultores, que as vezes leva mais de vinte dias para chegar, quando chega.

Como se pode ver há um conjunto de fatores que colaboram para deixar o cenário da

mão de obra rural da maneira em que se apresenta e a transformação exige atenção e projetos a longo prazo, conscientização dessa realidade, empenho de órgãos responsáveis por essa área e visão dos gestores e envolvidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os resultados alcançados nesse trabalho identificou-se que há basicamente duas vertentes principais de setores rurais que empregam mão de obra no município de Dom Pedrito: os pecuaristas e os lavoureiros, de onde saem atividades secundárias ou de diversificação.

Numa outra realidade a agricultura familiar composta pelos assentamentos e algumas pequenas propriedades espalhadas pela imensidão do território do município praticamente não tem condições de empregar mão de obra, contando quase que totalmente com mutirões entre produtores e ajudas assistenciais.

Na demonstração de preocupação com o trabalhador, há parcerias existentes entre o Sindicato Rural, SENAR e SENAI que visam o esclarecimento e a qualificação da mão de obra através de cursos, direcionados inclusive a pessoas da cidade, mas que são insuficientes ou não encontram a conscientização necessária para valorizar e ver neles possibilidade de sair do grupo de desempregados ou da informalidade.

O produtor também é buscado para esclarecer-se através desses cursos, geralmente relativos a gestão empresarial, para se tornar mais competente e competitivo, segundo o Sindicato Rural

O que não impede que 42,85% dos funcionários ainda precisam se deslocarem a seus locais de trabalho por conta própria, como mostrou a pesquisa, o que se justifica já que em 50% dos casos de sucessão na chefia ocorre do filho do dono assumir, e em 25% dos casos as decisões seguem o que faziam pais e avós do gestor, apesar de 50% deles serem de uma idade relativamente jovem(entre 36 e 45 anos).

Isso demonstra que o fator cultural ainda é decisivo na tomada de decisões nos dias de hoje, o que valoriza a informação destacada a seguir que afirma que:

[...] 800 propriedades rurais no município, com até 200 hectares, estejam praticamente fora do processo produtivo e sem maiores perspectivas, pois não conseguem, através de métodos tradicionais de pecuária e de cultura do seco, alcançarem uma produção de escala que possibilite lucratividade (SOUZA, 1996, p. 7).

Outro aspecto que precisa ser destacado é a qualidade dos folhetos que anunciam remates e leilões de venda de animais. Em contra partida talvez fosse interessante um

marketing divulgando as vantagens de se trabalhar no campo, envolvendo entidades, produtores e a união ou município.

Para finalizar, os fatores aqui identificados como possíveis causas do cenário que aí se encontra devem ser estudados em pesquisas mais aprofundadas recebendo atenção muitas vezes individuais, servindo esse trabalho apenas como um referencial, daí a expressão "Estudo Preliminar".

REFERÊNCIAS

BALSADI, Otavio Valentim. MUDANÇAS NO MEIO RURAL E DESAFIOS PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. São Paulo: 2001

BATALHA, Mário Otávio. GESTÃO AGROINDUSTRIAL 2. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL.**Lei n. 11.947**, de 16 de junho de 2009. Regula a aquisição da alimentação escolar. Brasília, 16 jun. 2009. Legislação disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947>. Acesso em 21/11/2012.

COVA, Marcia Cristina Rodrigues; FONTES, Selma Velozo. **GESTÃO DE PESSOAS NO AGRONEGÓCIO.** 2007.

DURKHEIM, Émile. A EDUCAÇÃO COMO PROCESSO SOCIALIZADOR: FUNÇÃO HOMOGENEIZADORA E FUNÇÃO DIFERENCIADORA .Edições Melhoramentos, São Paulo: 1955. Disponível em: http://www.ufrgs.br/tramse/pead/textos/durkheim.pdf>. Acesso em: 19/11/2012

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. **EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM OLHAR HISTÓRICO, UMA REALIDADE.** Revista eletrônica de educação, ano v, nº 09, jul./dez. 2011, acesso em: 06/11/12 22:25.

GIL, Antonio Carlos. **COMO ELABORAR PROJETOS DE PESQUISA.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010

GOMES, Paulo J.P. A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE QUALIDADE: DOS BENS MANUFATURADOS AOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO. CADERNOS BAD 2: 2004. Disponível em http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/Oque sao PoliticasPublicas.pdf>. acesso em: 19/11/2012 21:37

INFORMATIVO LUZ PARA TODOS. Ministério de Minas e Energia. Governo Federal, 2010. Disponível em: http://www.mme.gov.br/luzparatodos.>. acesso em 06/11/12

LAZZARESCHI, Noêmia. **O APAGÃO DA MÃO DE OBRA NO BRASIL.** 2004. Disponível em: http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n7/artigos/pdf/pv7-15-noemialazzareschi.pdf acesso em: 02/04/2013

LERMEN, Ivone Maria Vieira. **DOM PEDRITO E SUA HISTÓRIA.** Dom Pedrito: Urcamp Editora, 1989

LOPES, José antônio de Vargas Dias. HISTÓRIA DE MINHA TERRA. Porto Alegre: Empresa Gráfica Moderna, 1960.

MENEGAT, Alzira Salete. **A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA.** Revista Jurídica UNIGRAN. Dourados: 2002.

NASCIMENTO, Paulo A. Meyer. **EXISTE ESCASSEZ DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA NO BRASIL?**disponível em:. http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/110822_seminareducario8.pdf>acesso em: 02/04/13

Relatório de Gestão da Administração de Dom Pedrito. **DOM PEDRITO E SUAS CONQUISTAS.** Dom Pedrito, 2010.

RIGO, Ariadne Scalfoni; SANTIAGO, Alvany Maria Dos Santos; MENEZES, Thiago Leal; MOREIRA, Daniela De Carvalho. **GESTÃO DE PESSOAS NO AGRONEGÓCIO: UMA PESQUISA PRELIMINAR NO VALE DO SÃO FRANCISCO**, Petrolina, PE, 2007;

ROESCH, Silvia. **PESQUISA DE ESTÁGIO E DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO.** São Paulo: Atlas, 2010.

SCHNEIDER, Sergio. A DIVERSIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVEIRA, Tomás. **PARA ONDE CAMINHA DOM PEDRITO**. Dom Pedrito: Artestampa/Sulgraf, 1999.

SOUZA, Nali de Jesus de. **DIAGNÓSTICO ECONOMICO DO MUNICIPÍO DE DOM PEDRITO**. Porto Alegre: Fundatec, 1995.

_____. **DESENVOLVIMENTO REGIONAL.** São Paulo: Atlas, 2009. SPAVOREK, Gerd. MAULE, Rodrigo Fernando. NETO, Durval Dourado. RUGGIERO, Patricia Guidão. BARRETO, Alberto Giaroli. **CRÉDITO FUNDIÁRIO E QUALIDADE DE VIDA NO CAMPO**. Brasília, ministério do desenvolvimento agrário, 2005.

STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo; SHIKIDA, Pery Francisco Assis; BACHA, Carlos José Caetano. ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA ASSALARIADA NA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. INTRODUÇÃO À PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS: A PESQUISA QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO. São Paulo: Atlas, 1997.

STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo; KRETER, Ana Cecília. **A QUESTÃO AGRÁRIA E O MERCADO DE TRABALHO RURAL**. 2010.Disponível em: http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT21-Jefferson-Andronio-Ramundo-Staduto.pdf>. Acesso em: 02/04/13

APÊNDICE A – Questionário Geral

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO PESQUISA APLICADA AO AGRONEGÓCIO II

MÃO DE OBRA RURAL NO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO – UM ESTUDO PRELIMINAR

DADOS DO GESTOR/DONO DO ESTABELECIMENTO:

1- IDADE:
2- NIVEL DE ESCOLARIDADE:
3- SEXO: () MASCULINO () FEMININO
DADOS GERAIS:
1- QUAL É O PRINCIPAL RAMO DE ATUAÇÃO DA PROPRIEDADE? () PECUÁRIA () ARROZ () SOJA () FRUTICULTURA () OUTROS
2- ESTÁ FÁCIL CONSEGUIR MÃO DE OBRA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS NA PROPRIEDADE? () SIM () NÃO A QUE VOCÊ ATRIBUI ESSA RESPOSTA?
3- QUAIS AS FUNÇÕES UTILIZADAS PELA PROPRIEDADE?
() CASEIRO () COZINHEIRO () CONTADOR () SERVIÇOS GERAIS () OPERADOR DE MÁQUINAS E TRATORES () GESTOR/ADMINISTRADOR () TÉCNICO () MOTORISTA () OPERADOR DE LAVOURA OUTRAS:
4- QUAL O TIPO DE MÃO DE OBRA ESTÁ MAIS DISPONÍVEL NO MERCADO?
() MÃO DE OBRA PARA TAREFAS SIMPLES, CORRIQUEIRAS () MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA OLI COM FORMAÇÃO PARA GERIR O

NEGÓCIO OU TÉCNICOS. () NENHUMA
5- QUAIS AS FONTES DE RECRUTAMENTO: DE QUE MANEIRA O ESTABELECIMENTO/PROPRIEDADE CONTRATA? () SINE () ANÚNCIO EM RÁDIO/JORNAL () ANÁLISE DE CURRICULUNS () BANCO DE DADOS INTERNO () INDICAÇÕES () CARTAZES (INTERNOS/EXTERNOS) () ENTIDADES (SINDICATOS, ASSOCIAÇÕES, ETC) () ESCOLAS, UNIVERSIDADES, CURSOS, ETC () OUTRAS EMPRESAS (FORNECEDORES, CLIENTES, CONCORRENTES)
OUTRA
6- AS CULTURAS PRATICADAS NO ESTABELECIMENTO: () PECUÁRIA () PASTAGENS () SOJA () ARROZ () CRIAÇÃO DE EQUINOS () OVINOS () FRUTICULTURA () PRODUÇÃO DE MEL () OUTROS: QUAIS
7- NO QUE SE REFERE A INTEGRAÇÃO LAVOURA/PECUÁRIA, A MÃO DE OBRAUTILIZADA É SEPARADA PARA CADA SEGMENTO? () SIM () NÃO () GERALMENTE () ALGUMAS FUNÇÕES () OUTRA:
8- FACILIDADES DISPONÍVEIS PARA OS FUNCIONARIOS NO DIA-A-DIA NA PROPRIEDADE: () RÁDIO/TV () POSSIBILIDADE DE TRABALHAR COM O CONJUGE () TELEFONE FIXO () INTERNET () TV A CABO () OUTRAS

() CAMIONETE DA FIRMA() POR CONTA DO FUNCIONARIO() OUTRA
10- QUAL A CARGA HORÁRIA DIÁRIA CUMPRIDA PELOS TRABALHADORES? () 8 HORAS () HORARIO TRADICIONAL DE CAMPANHA (ENQUANTO HOUVER CLARIDADE) () OUTRO
11- QUANTO AOS SALÁRIOS, O ESTABELECIMENTO/PROPRIEDADE ADOTA ALGUMA POLÍTICA DE INCENTIVO A FIDELIDADE DO FUNCIONARIO? () SIM () NÃO SE SIM, QUAL?
12- O QUE MAIS DIFICULTA A PERMANENCIA DOS EMPREGADOS?
 () SALÁRIOS ALTOS () FAZEM MUITAS EXIGÊNCIAS () NÃO SABEM EXECUTAR AS TAREFAS () MUITAS FALTAS () OUTRO. QUAL?
13- QUANTO TEMPO EM MÉDIA UM FUNCIONÁRIO PERMANECE LIGADO AO ESTABELECIMENTO/PROPRIEDADE? () MENOS DE UM ANO () ENTRE UM E DOIS ANOS () ATÉ CINCO ANOS () MAIS DE CINCO ANOS
14- DE QUE MANEIRA O ESTABELECIMENTO/PROPRIEDADE ESCOLHE UM SUCESSOR NA CHEFIA ? ()O FILHO DO DONO ASSUME () ESCOLHE ENTRE OS FUNCIONÁRIOS MAIS ANTIGOS () BUSCA NO MERCADO () OUTRA. QUAL?
16- QUAL O TAMANHO DA PROPRIEDADE/ESTABELECIMENTO? () ATÉ 20 HAs () DE 20 A 100 HAs () DE 100 A 300 HAs

() DE 300 A 800 Has
() MAIS DE 800 HAs
DE ((((18-	COMO VOCÊ DIFINE A QUALIDADE DA CAPTAÇÃO DO SINAL DAS LINHAS CELULARES NO ESTABELECIMENTO?) PÉSSIMO/RUIM) NORMAL) BOM/ÓTIMO) NÃO HÁ SINAL QUANDO HÁ EMPREGADOS COM FILHOS EM IDADE ESCOLAR COMO FICA O ESSO AS ESCOLAS?) HÁ A NUCLEAÇÃO, A KOMBI BUSCA) EMPREGADO/FAMÍLIA SE MUDA PARA A CIDADE) HÁ ESCOLAS PERTO DO ESTABELECIMENTO) O ESTABELECIMENTO DISPONIBILIZA ENSINO NO LOCAL) OUTRO
PR((((((((((((((((((((((((((((((((((((COMO É FEITO PARA SE CONSEGUIR ÁGUA PARA O CONSUMO HUMANO NA OPRIEDADE?) ÁGUA DA CORSAN) ÁGUA SALOBRA) ÁGUA DE CACIMBA) ÁGUA FERVIDA) POÇO ARTESIANO) OUTRA. QUAL?
NA	MARQUE ALGUMAS QUESTÕES QUE ATUAM DIRETA OU INDIRETAMENTE HORA DE CONSEGUIR MÃO DE OBRA PARA REGIÃO DO SEU TABELECIMENTO:) FALTA DE ESTRADAS INTERNAS AUMENTA/DIFICULTA O PERCURSO) ENVOLVIMENTO DE MÃO DE OBRA DISPONIVEL COM ABIGEATO) FALTA DE RETORNO NAS ESTRADAS) OUTROS
	ALGUMA OBSERVAÇÃO QUE GOSTARIA DE CONSIDERAR OU SUGERIR?

APÊNDICE B – Questionário Agricultura Familiar

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO PESQUISA APLICADA AO AGRONEGÓCIO II

MÃO DE OBRA RURAL NO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO – UM ESTUDO PRELIMINAR

ACADÉMICO: EVERALDO FERNANDES

DADOS DO PROPRIETÁRIO:
1- IDADE:
2- NIVEL DE ESCOLARIDADE:
3- SEXO: () MASCULINO () FEMININO
PERFIL DA PROPRIEDADE:
1- ALGUMAS FUNÇÕES EXISTENTES NA PROPRIEDADE?
() CASEIRO () TRATORISTA () OPERADOR DE COLHETADEIRA ()A LAMBRADOR () OPERADOR DE LAVOURA () TIRAR LEITE () VENDER A PRODUÇÃO NA CIDADE OUTRAS:
2- ESTÁ FÁCIL CONSEGUIR MÃO DE OBRA PARA AJUDAR NOS SERVIÇOS DA PROPRIEDADE? () SIM () NÃO A QUE VOCÊ ATRIBUI ESSA RESPOSTA?
3- QUANTOS PESSOAS COMPOEM EM MEDIA A FAMILIA NA PROPRIEDADE?
4- QUAL O TIPO DE MÃO DE OBRA MAIS SE CONSEGUE NO MERCADO PARA AUXILIAR A AGRICULTURA FAMILIAR?
() MÃO DE OBRA PARA TAREFAS SIMPLES, CORRIQUEIRAS

 () MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA(TECNICOS, VETERINARIOS, OU COM FORMAÇÃO PARA GERIR O NEGÓCIO). () NENHUMA
5- DE QUE MANEIRA RECRUTA ESSE APOIO?
 () CONTRATA () USA PROGRAMAS DO GOVERNO OU MUNICIPIO () ENTIDADES (SINDICATOS, ASSOCIAÇÕES, ETC) () ESCOLAS, UNIVERSIDADES, CURSOS, ETC OUTRA
6- ALGUMAS FUNÇÕES QUE DEIXARAM DE EXISTIR NOS ÚLTIMOS ANOS:
7- O NÚMERO DE AJUDANTES SE ALTEROU NOS ULTIMOS ANOS?
() SIM () NÃO
SE SIM QUANTOS EXISTIAM: HÁ CINCO ANOS ATRÁS: HÁ DEZ ANOS ATRÁS: ANTIGAMENTE, 15, 20 ANOS ATRÁS:
8- FACILIDADES DISPONÍVEIS NO DIA-A-DIA DA PROPRIEDADE: () RÁDIO/TV () TELEFONE FIXO () INTERNET () TV A CABO
9- COMO É DADO O ACESSO A PROPRIEDADE/ESTABELECIMENTO? () ÔNIBUS OU VAN DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA () CAMIONETE CARRO, MOTO PRÓPRIOS () CARONA () PROGRAMA DO MUNICÍPIO: ÔNIBUS/KOMBI () OUTRO
10- QUAL A CARGA HORÁRIA DIÁRIA CUMPRIDA PELOS TRABALHADORES? () 8 HORAS () HORARIO TRADICIONAL DE CAMPANHA (ENQUANTO HOUVER CLARIDADE) () OUTRO

11- O QUE MAIS DIFICULTA A PERMANENCIA DOS AUXILIARES?
 () PEDEM SALÁRIOS ALTOS () FAZEM MUITAS EXIGÊNCIAS () NÃO SABEM EXECUTAR AS TAREFAS () FALTAM MUITO AO TRABALHO () OS SALÁRIOS SÃO MUITO BAIXOS, POUCO ATRAENTES () OUTRO. QUAL?
12- QUANTO TEMPO EM MÉDIA UM AUXILIAR PERMANECE LIGADO A PROPRIEDADE?
 () MENOS DE UM ANO () ENTRE UM E DOIS ANOS () ATÉ CINCO ANOS () MAIS DE CINCO ANOS
13- DE QUE MANEIRA A PROPRIED ADE ESCOLHE UM SUCESSOR NA CHEFIA ? ()O FILHO DO DONO ASSUME () ESCOLHE ENTRE OS AJUDANTES MAIS ANTIGOS () BUSCA NO MERCADO () A PROPRIEDADE É VENDIDA () OUTRA. QUAL?
14- O QUE MAIS INFLUI NA TOMADA DE DECISÕES DOS DONOS DA PROPRIEDADE? () TREINAMENTOS/RECICLAGENS () AS DECISÕES SEGUEM O QUE FAZIAM PAIS E AVÓS DO DONO () NORMAS DITADAS POR FÁBRICAS DE INSUMOS () METAS/OBJETIVOS () OUTROS
15- QUAL O TAMANHO DA PROPRIEDADE? () ATÉ 50 HAS () DE 50 A 100 HAS () DE 100 A 300 HAS () MAIS DE 300 HAS
16- ALGUM MEMBRO DA FAMILIA PRECISA TRABALHAR NA CIDADE PARA TER UMA RENDA COMPLEMENTAR OU APOSENTADORIA? () NÃO () SIM OUANTOS?

17- COMO VOCÊ DIFINE A QUALIDADE DA CAPTAÇÃO DO SINAL DAS LINHAS DE CELULARES NO ESTABELECIMENTO? () PÉSSIMO/RUIM () NORMAL () BOM/ÓTIMO () NÃO HÁ SINAL	1
18- QUANDO HÁ EMPREGADOS COM FILHOS EM IDADE ESCOLAR COMO FICA ACESSO AS ESCOLAS? () HÁ A NUCLEAÇÃO, A KOMBI BUSCA () EMPREGADO/FAMÍLIA SE MUDA PARA A CIDADE () HÁ ESCOLAS PERTO DO ESTABELECIMENTO () O ESTABELECIMENTO DISPONIBILIZA ENSINO NO LOCAL () OUTRO	A O
19- COMO É FEITO PARA SE CONSEGUIR ÁGUA PARA O CONSUMO HUMANO N PROPRIEDADE? () ÁGUA DA CORSAN OU DAE () ÁGUA SALOBA () ÁGUA DE CACIMBA () ÁGUA FERVIDA () POÇO ARTESIANO () OUTRA. QUAL?	JA
20- AS CULTURAS PRATICADAS NO ESTABELECIMENTO: () PECUÁRIA () PASTAGENS () SOJA/ARROZ () CRIAÇÃO DE EQUINOS () OVINOS () FRUTICULTURA () PRODUÇÃO DE MEL () PISCICULTURA () MILHO () OUTROS: QUAIS	
21- A MÃO DE OBRA UTILIZADA É SEPARADA PARA CADA SEGMENTO? () SIM () NÃO () GERALMENTE () ALGUMAS FUNÇÕES () OUTRA:	

22- ALGUMA OBSERVAÇÃO QUE GOSTARIA DE CONSIDERAR OU SUGERIR?